



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL**

PAUTA DA 39ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**12/09/2013
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

Presidente: Senador Ricardo Ferraço

Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**39ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 12/09/2013.**

39ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 61/2013 - Não Terminativo -	SEN. VANESSA GRAZZIOTIN	8
2	MSF 78/2013 - Não Terminativo -	SEN. EDUARDO SUPLICY	42

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES	Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)		SUPLENTES
Jorge Viana(PT)(51)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Randolfe Rodrigues(PSOL)(51)(52)(59)	AP (61) 3303-6568
Vanessa Grazziotin(PCdoB)(12)(14)	AM (61) 3303-6726	3 Lindbergh Farias(PT)(11)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Anibal Diniz(PT)(13)(16)(17)(52)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Eduardo Lopes(PRB)(26)(25)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(24)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Lídice da Mata(PSB)(50)	BA (61) 3303-6408/ 3303-6417	6 João Capiberibe(PSB)(23)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
	Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)		
Ricardo Ferraço(PMDB)(48)	ES (61) 3303-6590	1 Sérgio Souza(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6271/ 6261
Jarbas Vasconcelos(PMDB)(48)	PE (61) 3303-3245	2 João Alberto Souza(PMDB)(48)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Pedro Simon(PMDB)(32)(48)(31)(35)	RS (61) 3303-3232	3 Roberto Requião(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6623/6624
Eunício Oliveira(PMDB)(48)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)(48)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Luiz Henrique(PMDB)(48)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Ana Amélia(PP)(48)	RS (61) 3303-6083/6084
Francisco Dornelles(PP)(48)	RJ (61) 3303-4229	6 Sérgio Petecão(PSD)(48)(40)(29)(22)(20)	AC (61) 3303-6706 a 6713
	Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)		
Alvaro Dias(PSDB)(47)(46)	PR (61) 3303-4059/4060	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(46)	SP (61) 3303-6063/6064
Paulo Bauer(PSDB)(10)(46)	SC (61) 3303-6529	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(46)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Jayme Campos(DEM)(18)(38)(53)	MT (61) 3303-4061/1048
Cyro Miranda(PSDB)(60)	GO (61) 3303-1962	4 Cícero Lucena(PSDB)(63)	PB (61) 3303-5800 5805
	Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)		
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(61)(62)(57)	RR (61) 3303-4078 / 3315	1 Gim(PTB)(57)(54)(42)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Fernando Collor(PTB)(39)(57)	AL (61) 3303-5783/5786	2 Eduardo Amorim(PSC)(57)(9)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(34)(44)(43)(57)(33)	ES (61) 3303-4161/5867	3 Armando Monteiro(PTB)(64)(27)(57)(45)(28)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (11) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (12) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (13) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (14) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (15) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (16) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (17) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (18) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 060/2011-GLDEM).
- (19) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

- (20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
- (33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
- (37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
- (42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- (44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
- (45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
- (46) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
- (47) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPDSB).
- (48) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (49) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
- (50) Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
- (51) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
- (52) Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
- (53) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
- (54) Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
- (55) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdO, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
- (56) Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
- (57) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
- (58) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (59) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
- (60) Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPDSB).
- (61) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
- (62) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).
- (63) Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
- (64) Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO
FEDERAL

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 12 de setembro de 2013
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA

39ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Deliberativa
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 61, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Em 05/09/2013 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
[Relatório apresentado na comissão](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 78, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 22/08/2013 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
[Relatório](#)
[Relatório](#)

1

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 61, de 2013 (nº 302, de 29 de julho de 2013, na origem), da Presidenta da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.*



SF/13925.77636-27

RELATORA: Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado, nascido em 8 de abril de 1947, ingressou na carreira diplomática em 1975 e tornou-se Conselheiro em 1990, Ministro de Segunda Classe em 1997, Ministro de Primeira Classe em 2006 e Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial em 2012. Concluiu o curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco em 1994, com tese intitulada O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas.

Entre as funções desempenhadas no MRE destacam-se a de Conselheiro na Missão junto às Nações Unidas, em Nova York (1991-94), e na Embaixada em Santiago (1994-96), Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base (1996-99), Ministro-Conselheiro junto à ALADI, em Montevideu (1999-2004), Coordenador-Geral da Coordenadoria-Geral de Acompanhamento de Mecanismos Políticos Multilaterais (2004-07), Diretor do Departamento de Integração (2007-08), Embaixador em Luanda (2008-10) e Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Toronto (2010 até o presente).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Irlanda, cumprindo, o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, e no art. 383, I, d, §2, do Regimento Interno do Senado Federal (alterado pela Resolução nº 41, de 2013). O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse País, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil, além de nomear os acordos por nós celebrados.

A seguir o descrito nessa documentação, informa-se que o Brasil abriu a Embaixada em Dublin em 1991, enquanto a Irlanda abriria Embaixada em Brasília em 2001, intensificando-se relações econômicas. Entre 2007 e 2012, houve acréscimo de 26,9% dos fluxos comerciais, passando de 771,4 a 1.057 milhões de dólares, sendo o saldo da balança comercial desfavorável ao Brasil. Basicamente, o Brasil importa manufaturados da Irlanda, com destaque a produtos farmacêuticos, químicos orgânicos, instrumentos médicos e máquinas mecânicas. Já nossas exportações compõem-se de 52,5% de manufaturados, 47% de produtos básicos e 0,5% de semifaturados, sobretudo envolvendo aviões, resíduos industriais alimentares, minérios, fumo e carnes.

Esse cenário, evidentemente, sofreu alguns reveses com a situação econômica irlandesa, que passa por época de implementação de medidas austeras negociadas com o Fundo Monetário Internacional, a União Europeia e o Banco Central Europeu. Contudo, importa registrar que a Irlanda tem concluído com sucesso seu ajuste econômico após receber 85 bilhões de euros para salvaguardar seu sistema bancário e fiscal, bem como garantir reformas estruturais.

Igualmente, destaca-se a cooperação no setor educacional, como os programas universitários na área de nanotecnologia aplicada à medicina e à



exploração do petróleo, bem como em física aplicada. Ademais, no programa Ciência sem Fronteiras, a Irlanda ofereceu 4.000 vagas em universidades e institutos tecnológicos na modalidade graduação-sanduiche, incrementando população brasileira na Irlanda que, hoje, atinge cerca de 18.000 pessoas.

Salienta-se, ademais, que a República parlamentarista da Irlanda possui forte propensão ao multilateralismo e ao pacifismo, professando opção pelo desarmamento e pela não intervenção militar, salvo se tuteladas por operações das Nações Unidas. Valores esses que devem aproximar os dois Países a intensificarem política externa em comum.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/13925.77636-27



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 61, DE 2013 (nº 302/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.

Os méritos do Senhor Afonso José Sena Cardoso que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de julho de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente do Senado Federal, com uma assinatura fluida e estilizada.

EM nº.00168/2013 MRE

Brasília, 22 de Maio de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e curriculum vitae de **AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº00168/DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 22 de maio de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO**

CPF.: 038.716.307-72

ID.: 1854 MRE

1947 Filho de David Martins Cardoso e Alice de Jesus Sena Cardoso, nasce em 8 de abril, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1975 CPCD - IRBr
 1980 CAD, IRBr
 1994 CAE, IRBr, O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas

Cargos:

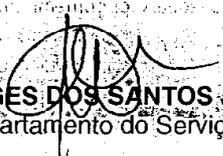
1976 Terceiro-Secretário
 1979 Segundo-Secretário
 1984 Primeiro-Secretário
 1990 Conselheiro
 1997 Ministro de Segunda Classe
 2006 Ministro de Primeira Classe
 2012 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1976-77 Coordenadoria Técnica do Departamento de Comunicações e Documentação, Assistente
 1977-78 Divisão de Transmissões Internacionais, Assistente
 1978-80 Departamento de Comunicações e Documentação, Assessor
 1980-83 Embaixada em Washington, Segundo-Secretário
 1983-84 Embaixada em Montevidéu, Segundo-Secretário
 1987-88 Divisão Consular, Chefe, Substituto
 1988-90 Instituto Rio Branco, Professor de Prática Consular
 1990-91 Secretaria-Geral Executiva, assessor e Coordenador-Executivo
 1991-94 Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro
 1994-96 Embaixada em Santiago, Conselheiro
 1996-99 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, Chefe
 1999-04 Missão junto à ALADI, Montevidéu, Ministro-Conselheiro, Representante Alterno
 2004-07 Coordenadoria-Geral de Acompanhamento de Mecanismos Políticos Multilaterais, Coordenador-Geral
 2007-08 Departamento de Integração, Diretor
 2008-10 Embaixada em Luanda, Embaixador
 2010- Consulado-Geral em Toronto, Cônsul-Geral

Condecorações:

1992 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
 1993 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
 1996 Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Comendador
 2005 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	Irlanda
Gentílico	Irlandês
Capital	Dublin
Área	70.273 km ²
População (2012)	4,7 milhões
Idiomas	Inglês e irlandês (gaélico)
Principais religiões	Católica Romana (87,4%); Cristã Irlandesa (2,9%); nenhuma (4,2%)
Sistema de Governo	República Parlamentarista
Poder Legislativo	Parlamento bicameral: Senado (<i>Seanad</i>) e Câmara Baixa (<i>Dáil</i>)
Chefe de Estado	Presidente Michael Higgins (desde outubro de 2011)
Chefe de Governo	Primeiro-Ministro Endá Kenny (desde março de 2011)
Vice-Primeiro-Ministro e Chanceler	Eamon Gilmore
PIB nominal (2012)	US\$ 210,4 bilhões
PIB PPP (2012)	US\$ 191,0 bilhões
PIB nominal per capita (2012)	US\$ 45.888
PIB PPP per capita (2012)	US\$ 41.921
Variação do PIB	1,1% (est. 2013); 0,5% (2012); 0,7% (2011); -0,4% (2010); -7,0% (2009)
IDH (2012)	0,908 – 7º no ranking
Expectativa de vida (2010)	80,3 anos
Índice de alfabetização (2012)	99%
Índice de desemprego (2012)	14,6%
Unidade monetária	Euro (€)
Embaixador do Brasil na Irlanda	Pedro Fernando Brêtas Bastos
Embaixador da Irlanda no Brasil	Frank Sheridan
Comunidade brasileira estimada (2012)	18 mil

INTERCÂMBIO COMERCIAL

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (até março)
Intercâmbio	388	455,7	520,3	661,4	771,4	882,3	794,9	743,4	948,0	1.057,0	282,8
Importações	223,3	267,8	288,1	322,2	424,7	499,8	505,7	570,7	645,0	699,3	159,5
Exportações	164,7	187,9	232,2	339,2	346,7	382,5	289,2	172,7	303,0	357,7	123,3
Saldo	58,6	79,9	55,9	17,0	78,0	117,3	216,5	398,0	342,0	341,5	36,2

Fonte: MDIC. Valores em US\$ milhões FOB.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente da Irlanda, Michael Higgins

Michael Higgins nasceu em 18 de abril de 1941, em Limerick, região central da Irlanda. Graduou-se em Sociologia pela Universidade de Galway. Também fez estudos nas Universidades de Manchester, no Reino Unido, e Indiana, nos EUA. Durante o período estudantil, iniciou sua atuação política, primeiro como líder estudantil e, mais tarde, como importante figura no movimento sindical irlandês. De orientação de esquerda, foi membro do Partido Trabalhista irlandês de 1968 até 2011, ano em que assumiu a Presidência da Irlanda. Desligou-se do Partido por considerar que o cargo de Presidente, cujas funções são eminentemente simbólicas, necessitava de uma figura politicamente neutra.

Defensor dos direitos humanos, da democracia e da paz, foi o primeiro agraciado com o Prêmio *Seán MacBride Peace*, em 1992, concedido pelo *International Peace Bureau*, em Helsinque. Publicou duas coleções de ensaios (*Cause for Concern – Irish Politics, Culture and Society* e *Renewing the Republic*) e quatro de poesias (*The Betrayal, The Season of Fire, An Arid Season* e *New and Selected Poems*).

É casado com Sabine Higgins, médica, com quem tem quatro filhos.

Primeiro-Ministro da Irlanda, Enda Kenny

Enda Kenny nasceu em 24 de abril de 1951, em Castlebar, região central da Irlanda. É filho de Henry Kenny, deputado do partido *Fine Gael* (centro-direita) por vinte anos. Após a morte do pai, em 1975, Enda Kenny foi eleito para sua cadeira. Contava, então, com 24 anos, o mais novo deputado naquela legislatura. A partir de então, nunca sofreu derrota em eleições gerais.

Foi Vice-Ministro de Educação e Trabalho, em 1986. Com a derrota do partido nas eleições de 1987, Enda Kenny passou sete anos na oposição, época em que pôde galgar posição de maior proeminência na agremiação política. Em 1994, o recém-eleito Primeiro-Ministro John Bruton designou-o Ministro do Turismo e Comércio, cargo que ocupou até 1997.

Com nova derrota do *Fine Gael*, Enda Kenny voltou aos bancos da oposição. Em 2001, após moção de desconfiança contra John Bruton, Enda Kenny concorreu à posição de líder do partido, tendo sido derrotado por Michael Noonan. Após as eleições de 2002, entretanto, à luz da perda, pelo *Fine Gael*, de 23 cadeiras no *Dáil* (obtendo 31 cadeiras num total de 166), Noonan viu-se obrigado a renunciar da liderança do partido. Enda Kenny venceu as eleições internas subsequentes e tornou-se o novo líder.

A liderança de Enda Kenny consolidar-se-ia nas eleições de 2007, quando seu partido obteve 20 cadeiras adicionais às 31 de que dispunha. Enda Kenny tornou-se, então, o maior líder oposicionista.

Em março de 2011, com a vitória do *Fine Gael* nas eleições gerais (76 cadeiras), Enda Kenny passou a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro, em Governo de coalizão com o Partido Trabalhista (que logrou obter 37 cadeiras).

Enda Kenny é casado, desde 1992, com Fionnuala O'Kelly. O casal tem três filhos.

Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio da Irlanda, Eamon Gilmore

O trabalhista Eamon Gilmore, Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio da Irlanda, nasceu em 24 de abril de 1955, no condado de Galway. Frequentou a National University of Ireland Galway (NUI Galway), onde cursou Psicologia (sem concluir).

Desde a adolescência, é ativista político e social. Participou de diversas iniciativas com vistas a buscar solução pacífica para o conflito na Irlanda do Norte. Foi um dos estrategistas-chave na eleição da trabalhista Mary Robinson à Presidência da República (1990).

Aos 20 anos, foi eleito líder da União dos Estudantes na Irlanda, no âmbito da qual atuou para unificar o movimento estudantil na Irlanda do Norte durante o período de convulsões (dos anos 60 até 1998, quando foi firmado o acordo de paz da Sexta-Feira Santa). Como sindicalista, dialogou com vários partidos políticos e com o movimento ambiental para manter a Irlanda livre de energia nuclear. Foi um dos estrategistas da fusão histórica da Esquerda Democrática e do Partido Trabalhista.

Foi eleito para o Conselho do Condado de Dublin em 1985. Ingressou pela primeira vez na Câmara de Representantes em 1989, representando a região Constituinte de Dún Laoghaire, no condado de Dublin. Foi reeleito nas eleições gerais de 1992, 1997, 2002 e 2007.

Durante o Governo do Primeiro-Ministro John Bruton, entre 1994 e 1997, serviu como Ministro de Estado dos Recursos Marinhos. No período em que ocupou o cargo, esteve à frente da reforma dos portos, lutou pela proibição de embarcações nucleares em mares irlandeses e pela restrição de despejo de resíduos no mar.

É Líder do Partido Trabalhista desde setembro de 2007.

Na eleição geral de 2011, levou o Partido Trabalhista a seu melhor desempenho histórico, com um recorde de 37 assentos, tornando-se o segundo maior partido na Irlanda, pela primeira vez após 99 anos. Negociou um programa de coalizão com o partido *Fine Gael* (centro-direita), e assim o Partido Trabalhista entrou no Governo pela primeira vez desde 1997.

Desde 9 de Março de 2011, é Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais do Brasil com a Irlanda são tradicionalmente cordiais. A abertura de Embaixada do Brasil em Dublin, em 1991, e de Embaixada da Irlanda em Brasília, em 2001, conferiu dinamismo ao relacionamento bilateral, cuja vertente econômico-comercial tem especial relevo.

O Presidente Michael Higgins realizou visita ao Brasil em outubro de 2012. Foi a terceira visita de um Chefe de Estado irlandês ao Brasil. A primeira foi realizada pela Presidente Mary Robinson, em 1995, e a segunda, pela Presidente Mary McAleese, em 2004.

A visita do Presidente irlandês, que se fez acompanhar de expressiva delegação empresarial, teve como um de seus principais objetivos o incremento do relacionamento comercial com o Brasil. Duas empresas irlandesas anunciaram início de atividades no Brasil por ocasião da visita: a *Synergy Laboratory*, do *Carbery Group*, que atua no setor de alimentos, e a *Fexco*, do setor financeiro, ambas na cidade de São Paulo.

Por ocasião do encontro bilateral com a Senhora Presidenta da República, no dia 9, em Brasília, foram tratados tópicos do cenário político e econômico regional e global, com destaque para as políticas adotadas para combater a crise econômica e para promover a inclusão social. A Irlanda foi um dos primeiros países europeus a sofrer as consequências da crise financeira iniciada no segundo semestre de 2008. Em vista da Presidência irlandesa do Conselho da União Europeia, no primeiro semestre de 2013, a visita proporcionou, ademais, oportunidade para discussão de temas do relacionamento entre o Brasil e a União Europeia e o Mercosul e a União Europeia.

Os dois Chefes de Estado concordaram, ademais, em aprimorar a cooperação educacional entre os dois países. No âmbito do programa Ciência sem Fronteiras, a Irlanda oferece a estudantes brasileiros 4.000 vagas em universidades e institutos tecnológicos do país.

Comércio e Investimentos Bilaterais

Entre 2007 e 2012, os fluxos comerciais bilaterais aumentaram 26,9%, de US\$ 771,4 milhões para US\$ 1.057 milhões. Tradicionalmente, o saldo comercial é desfavorável ao Brasil. Nos últimos três anos, os déficits registrados pelo Brasil foram de US\$ 398 milhões (2010), de US\$ 342 milhões (2011) e de US\$ 341 milhões (2012).

De 2007 a 2011, as exportações brasileiras para a Irlanda diminuíram 12,6%, de US\$ 346,7 milhões para US\$ 303 milhões. Em 2011, entretanto, aumentaram 75,4% na comparação com 2010. A Irlanda foi o 16º destino das exportações brasileiras na União Europeia, com representatividade de 0,57% do total para o Bloco, e o 75º no mundo, com participação de 0,12%. Os itens manufaturados corresponderam a 52,5% do total da pauta; os básicos, a 47%; e os semimanufaturados, a 0,5%.

As importações brasileiras procedentes do mercado irlandês cresceram 51,9% no quinquênio 2007-2011: de US\$ 424,7 milhões para US\$ 645,0 milhões. A pauta brasileira de importações originárias da Irlanda é concentrada em produtos manufaturados, que corresponderam, em 2011, a 99,5% do total.

Em 2012, houve aumento de 11,3% dos fluxos comerciais em relação a 2011, de US\$ 948 milhões para US\$ 1.057 milhões. As exportações brasileiras cresceram 18,1%, de US\$ 303 milhões para US\$ 358 milhões. As importações procedentes do mercado irlandês somaram US\$ 699 milhões. O saldo da balança comercial foi novamente desfavorável ao Brasil, em US\$ 341 milhões, valor praticamente idêntico ao déficit de 2011.

No terreno dos investimentos, empresas irlandesas têm solicitado à Embaixada do Brasil em Dublin informações sobre o processo de licitação para construção e operação do trem de alta velocidade (TAV) no eixo Campinas-São Paulo-Rio de Janeiro. Algumas empresas mostram-se interessadas em parcerias com congêneres brasileiras para as obras de infraestrutura do projeto, ou em prestar serviços, como subcontratadas, a grupos que venham a operar na implementação do projeto em suas diversas etapas e modalidades.

Empresas irlandesas no Brasil

Kerry: O Kerry Group, sediado em Tralee, atua na fabricação de ingredientes, aromas e soluções integradas para as indústrias de alimentos e bebidas. O Grupo atua no mercado sul-americano fornecendo ingredientes fabricados em suas unidades localizadas no Brasil. Em abril de 2008, a Kerry adquiriu a brasileira Vittaflavor, atuante na área de produção de aromas. Com fábricas nas cidades de Campinas (SP), Rio Claro (SP), Três Corações (MG) e Barueri (SP), a Kerry soma quatro unidades produtivas no Brasil, além de estrutura de pesquisa, desenvolvimento, aplicação e análise sensorial.

Serasa S.A.: A Serasa Experian, parte do grupo irlandês Experian, atua há mais de 40 anos no mercado brasileiro, atendendo a pedidos de informações com vistas a dar suporte a decisões de fornecimento de crédito.

BPF: A empresa BPI atua no processamento da cana de açúcar para produção de fertilizante orgânico, bionergia e água reciclada. Opera projeto piloto com a Usina Santa Cândida, há mais de dois anos, com investimentos de centenas de milhares de euros.

Cooperação em Educação

Do ponto de vista brasileiro, afigura-se relevante o estreitamento da cooperação entre universidades, centros de pesquisa e empresas inovadoras que investem em novas tecnologias. Merecem destaque os já existentes programas de

cooperação entre entidades brasileiras e irlandesas em áreas de nanotecnologia aplicada à medicina (*University College Dublin – UCD* e várias entidades brasileiras), de nanotecnologia aplicada à exploração de petróleo (Universidade de Pernambuco e *Tyndall Institute*, de Cork) e física aplicada (*Trinity College* e universidades brasileiras). Ainda nesse campo, prosseguem entendimentos entre entidades irlandesas – *Department of Education* (correspondente ao Ministério da Educação da Irlanda), *Institute of Technology Ireland*, *Irish Universities Association*, *Science Foundation Ireland*, *Royal College of Surgeons Ireland*, *Dublin Institute of Technology* – e órgãos brasileiros envolvidos no Programa Ciência sem Fronteiras (CONIF, CAPES, CNPq).

O Brasil firmou, em 2010, Acordo de Cooperação Educacional com a Irlanda – ora pendente de aprovação pelo Congresso Nacional para vigorar no Brasil.

No âmbito do programa Ciência sem Fronteiras, a Irlanda ofereceu 4.000 vagas em universidades e institutos tecnológicos do país, na modalidade “graduação-sanduiche”. Por ocasião da recente visita do Presidente Higgins ao Brasil, 22 representantes da *Irish Universities Association* mantiveram encontro com representantes do CNPq e da CAPES, no MEC, com vistas a definir os parâmetros da participação de estudantes brasileiros do Programa Ciência sem Fronteiras nas Universidades irlandesas. O Presidente Higgins e o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, também estiveram presentes à reunião e presenciaram a assinatura de dois Memorandos de Entendimento: entre a Universidade de Brasília e o *Athlone Institute of Technology*. e entre a PUC-RJ e o *Waterford Institute of Technology*.

Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o *Forfás* (Conselho Consultivo Irlandês para o Empreendedorismo, Comércio, Ciência, Tecnologia e Inovação) celebraram, em maio de 2006, Memorando de Entendimento com o objetivo de estimular a cooperação tecnológica e incentivar o intercâmbio de práticas e conhecimentos na esfera empresarial entre os dois países.

Em maio de 2012, foi estabelecido diálogo entre representantes da ABDI e do *Forfás* para que ambas as organizações troquem experiências sobre políticas, programas e processos de inovação.

Assuntos Consulares

Estima-se em 18.000 pessoas a comunidade brasileira na Irlanda. Os nacionais buscam, especialmente, oportunidades de trabalho e estudo naquele país.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessão de créditos oficiais brasileiros a tomador soberano da Irlanda.

POLÍTICA INTERNA

A Irlanda é uma República com sistema parlamentarista de Governo. O Parlamento é composto por duas casas, o Senado e a Câmara Baixa (Casa dos Representantes). O Senado tem 60 membros, dos quais onze são nomeados pelo Primeiro-Ministro, seis são indicados por universidades e os demais 43 são eleitos indiretamente pela Casa dos Representantes. Os 166 membros da Casa dos Representantes são eleitos diretamente mediante sistema eleitoral proporcional.

O Presidente da República é o Chefe de Estado, eleito para um mandato de sete anos, com possibilidade de uma reeleição. As funções do Presidente da República são, basicamente, protocolares, embora o Presidente tenha alguns poderes constitucionais em áreas institucionais, como o recurso à Corte Suprema em caso de inconstitucionalidade das leis aprovadas pelo Parlamento.

O Primeiro-Ministro é o Chefe de Governo, nomeado pelo Presidente da República por indicação da Casa dos Representantes, da qual tanto o Primeiro-Ministro como o Vice-Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças devem obrigatoriamente ser membros. O Primeiro-Ministro é, normalmente, o líder do partido vencedor das eleições parlamentares.

Desde 1989 a Irlanda não conhece Governos unipartidários, sendo normalmente necessária a formação de coalizões para garantir a formação dos gabinetes.

O Primeiro-Ministro Enda Kenny tomou posse em março de 2011. O partido *Fine Gael* (centro-direita), do PM Kenny, majoritário, governa com o apoio do Partido Trabalhista do Vice-Premiê Eamon Gilmore.

O cenário político irlandês mais recente tem sido marcado por crescente impopularidade do Governo, à luz das medidas de austeridade que têm sido implementadas ano após ano desde a negociação do pacote de resgate com o Fundo Monetário Internacional, a União Europeia e o Banco Central Europeu, em novembro de 2010. Em março de 2013, apenas 25% da população estava satisfeita com o Governo, enquanto 73% expressaram insatisfação.

Tal impopularidade tem prejudicado o Partido Trabalhista, cujo apoio tem-se reduzido sistematicamente desde a assunção da coalizão. Conta, em março de 2013, com 7% do apoio popular, o número mais baixo desde 2011. O *Fine Gael* ainda é o partido mais popular da Irlanda na preferência de votos, com 27%, seguido de perto pelo centrista *Fianna Fáil* (23%), o nacionalista/republicano *Sinn Féin* (15%) e o Partido Verde (2%). Independentes e outras agremiações menores contam com 25% do apoio popular.

POLÍTICA EXTERNA

A Irlanda tem manifestado forte compromisso com o multilateralismo. O país tem participado de diversas missões de paz, e tem sido vocal na defesa dos direitos humanos universais (a Irlanda foi eleita ao Conselho de Direitos Humanos da ONU em fins de 2012), da democracia e do Estado de direito. A Irlanda é particularmente ativa na promoção do desarmamento e da eliminação total das armas nucleares. Abrigou, em 2008, a Conferência sobre Armas de Fragmentação.

O país ocupou a Presidência da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) durante 2012. Priorizou, na ocasião, os trabalhos na *Conflict Resolution Unit/OSCE* (CRU/OSCE), particularmente no tocante à retomada de negociações no âmbito de conflitos protelados, como, por exemplo, entre Moldova e a Transnístria. A experiência em resolução de conflitos adquirida nas negociações de paz com a Irlanda do Norte tem informado essa esfera da política externa irlandesa.

A Irlanda adota política de neutralidade militar, ou seja, não participa de quaisquer alianças militares. Tem contribuído, no entanto, em diversas operações de paz das Nações Unidas, bem como participado ativamente do desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa na Europa.

A Irlanda tem sido ativa no campo da ajuda ao desenvolvimento. O orçamento do *Irish Aid*, órgão do Departamento dos Negócios Estrangeiros responsável pela distribuição de doações a países em desenvolvimento, sobretudo africanos, tem sido mantido em níveis relativamente elevados, a despeito da crise econômico-financeira. Em 2012, o órgão recebeu EUR 639 milhões. Em 2011, o Governo irlandês publicou estratégia para o continente africano (*Ireland and Africa – Our Partnership with a Changing Continent*).

Presidência da União Europeia

A inauguração da Presidência irlandesa da União Europeia para o primeiro semestre de 2013, iniciada a 1 de janeiro, foi realizada em 31 de dezembro de 2012, no *Dublin Castle*, e presidida pelo Primeiro-Ministro Enda Kenny, em cerimônia organizada para, simultaneamente, marcar os 40 anos de adesão da Irlanda à União Europeia. Este é sétimo mandato da Irlanda como Presidente da UE, desde 1973, quando aderiu às Comunidades Europeias.

O foco da presidência de turno irlandesa da UE recai sobre o comércio e a abertura de mercados, mediante negociação de acordos de livre comércio com parceiros estratégicos, e a adoção de legislação necessária para completar o mercado único. O país anunciou ênfase ao apoio às pequenas e médias empresas, por intermédio da iniciativa COSME – *Programme for the Competitiveness of Small and Medium Sized Enterprises* e à implementação do Plano de Ação e Empreendedorismo 2020, com vistas a intensificar a criação de empregos e aumentar a competitividade.

A Irlanda deverá ser o primeiro país da zona do euro abrangido pelo programa UE/FMI/BCE a concluir com sucesso o ajusté econômico e a dar sinais de que está em condições de assegurar a almejada sustentabilidade fiscal. Há dois anos fora do mercado financeiro internacional, a Irlanda conseguiu, em 2012, captar 7 bilhões de euros com a emissão de letras do tesouro a taxas inferiores às cobradas de outros países. As taxas dos títulos com vencimento em 2020 caíram para 4,5%, praticamente a metade dos níveis em que foram negociados no início do ano. Diante de avaliação positiva da Troica (UE/FMI/BCE) com relação ao desempenho da economia irlandesa, os Ministros de Finanças da União Europeia concordaram, em abril de 2013, a prorrogar em sete anos o período para o pagamento das dívidas contraídas com o pacote de resgate.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia irlandesa apresentou crescimento contínuo entre 1984 e 2007. O ciclo de expansão foi interrompido pela crise financeira internacional de 2008. Após registrar retração em 2009 de 7%, segundo o FMI, o PIB irlandês voltou a reduzir-se em 2010. Em 2011, a economia do país voltou a crescer (0,7%, segundo o FMI). Estima-se que a economia irlandesa cresceu 0,5% em 2012 e crescerá 1,1% neste ano. O setor de serviços corresponde a 69% do PIB; o industrial, a 29%; e a agricultura, a 2%.

A balança comercial do país é estruturalmente superavitária, posição que se manteve mesmo em face do significativo desaquecimento do nível de atividades econômicas na União Europeia.

Em novembro de 2010, a Irlanda acordou com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Europeia (CE) pacote de resgate da economia do país no valor de 85 bilhões de euros, destinado a restaurar a confiança dos mercados na sustentabilidade de suas finanças públicas e no seu setor bancário. O acordo prevê ajuda externa efetiva no valor de 67,5 bilhões de euros, cabendo ao BCE, à CE e a alguns países europeus o aporte de 45 bilhões de euros, e ao FMI, 22,5 bilhões de euros (recursos nacionais, oriundos do Fundo de Reserva de Pensões e de suas reservas monetárias, perfarão 17,5 bilhões de euros).

O pacote contempla recursos da ordem de 35 bilhões de euros para o fortalecimento e reforma do sistema bancário irlandês, enquanto os outros 50 bilhões destinar-se-ão a sustentar o esforço de consolidação fiscal do Governo e a implementação de algumas reformas estruturais. Foi concedido ao país prazo até 2015 para adequação ao limite de 3% de déficit público.

Segundo avaliações periódicas da tróica (BCE, UE, FMI), a economia irlandesa vem reagindo positivamente às medidas adotadas em cumprimento às condições e metas estabelecidas no acordo de resgate (as metas fiscais para 2011 e 2012 foram atingidas). Em razão do cumprimento das metas acordadas, o FMI não recomendou novas medidas de austeridade fiscal, com vistas a não comprometer o crescimento econômico em 2013 (1,1%) e 2014 (2,2%).

O déficit público irlandês reduziu-se de 10,8%, em 2010, para 9,0% em 2011 e entre 8,2%-8,6% (estimativas) em 2012. Graças ao esforço de consolidação fiscal realizado no ano passado, o desequilíbrio deverá reduzir-se para 7,5% em 2013 e 3% em 2015. Dublin busca diminuir paulatinamente o peso da dívida soberana irlandesa por meio de “soluções inovadoras”, em especial tendo em vista o precedente do resgate direto aos bancos espanhóis.

Como desdobramento positivo, cabe registrar certa tendência de queda das taxas de remuneração (*yields*) da dívida soberana da Irlanda – embora sujeitas a flutuações –, o que reflete uma melhora na confiança das condições de solvência do

país. Tem-se verificado, igualmente, ligeiro crescimento dos valores totais de depósitos bancários e dos empréstimos a particulares. Ademais, autoridades irlandesas têm sublinhado o reconhecimento pela comunidade internacional da melhora do ambiente de negócios no país, na medida em que os investimentos de setores de alta tecnologia e inovação têm sido mantidos. A despeito de desafios ainda significativos – complexa reestruturação do setor bancário, taxa de desemprego de 14,7%, dívida pública correspondente a 106,4% em 2011 e 111% do PIB em 2012–, a economia do país tem apresentado recuperação mais forte se comparada aos demais países da zona do euro em crise.

Conforme análise da OCDE, a economia irlandesa tende a reunir condições de crescimento acima da média europeia no médio prazo (2016 a 2025) em decorrência da juventude de sua população, da taxa relativamente alta de crescimento demográfico, da existência de uma base industrial moderna e, sobretudo, da mão de obra bem treinada e mais flexível do que a da maioria dos países europeus.

Esses fatores, combinados a uma política fiscal favorável (baixa alíquota de imposto sobre o faturamento das empresas (*corporate tax*), situada em 12,5%), têm contribuído para o sucesso da estratégia irlandesa de atração de Investimento Estrangeiro Direto (IED) de empresas globais. Mediante iniciativas setoriais orientadas pela Agência para o Desenvolvimento industrial em relação ao IED, a Irlanda desenvolveu capacidades produtivas substanciais, ao atrair empresas multinacionais, com destaque para os setores de hardware e de desenho de software, tecnologia de comunicações, produtos farmacêuticos e equipamentos médicos. As áreas de biotecnologia e tecnologia de informação e de comunicações foram, ademais, eleitas pelo país como “os motores do crescimento futuro na economia global”, e a Irlanda priorizou a criação de capacidade de pesquisa de classe mundial em nichos selecionados dessas duas vertentes de tecnologias. Em 2008, as áreas estratégicas de investigação científica a serem financiadas foram estendidas para energia sustentável e tecnologias de eficiência energética.

Não obstante, persiste o desafio da criação de empregos para os jovens que completam seus estudos. A taxa de desemprego de jovens, na faixa de 18 a 24 anos de idade, atinge 30% (em contraste, na Grécia e na Espanha tal taxa chega a 50%). Para isso, as autoridades irlandesas enfatizam ser necessário um conjunto de medidas que passam por fundos europeus alocados para o treinamento e reciclagem de jovens profissionais para caminhos alternativos, aprofundamento da educação/formação e programas específicos de treinamento profissional para jovens que estejam desempregados há mais de quatro meses. Durante a presidência rotativa da UE, a Irlanda tem enfatizado a necessidade de um pacote de apoio aos jovens, com base nos princípios da *Youth Guarantee* proposta pela Comissão Europeia, para jovens com idade até 25 anos.

ANEXOS

Cronologia Histórica

1171– O Rei Henrique II da Inglaterra estabelece domínio inglês sobre a ilha da Irlanda.

1603 – A Rainha Elizabeth I da Inglaterra consolida o domínio definitivo inglês sobre a Irlanda.

1641– Rebelião Irlandesa de 1641, marcada por conflitos entre católicos irlandeses e protestantes ingleses e escoceses.

1798 – Movimentos independentistas irlandeses inspirados nas Revoluções Francesa e Americana culminam na Rebelião Irlandesa de 1798.

1800 – Os Parlamentos inglês e irlandês aprovam o Ato de União, que incorporaria, no ano seguinte, a Irlanda ao Reino da Grã-Bretanha.

1801 – Criação do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

1840 – Início da Grande Fome, que causou a morte de um milhão de irlandeses e a emigração de outro milhão, especialmente para os EUA.

1916 – Movimentos independentistas irlandeses com vistas a criar uma república irlandesa culminam no Levante da Páscoa.

1919 – Início da Guerra pela Independência da Irlanda, entre o Exército Republicano Irlandês (IRA, na sigla em inglês) e o Governo britânico.

1920 – Entrada em vigor do Ato do Governo da Irlanda, emitido pelo Parlamento britânico, que estabeleceu, para fins administrativos, a divisão da Irlanda em Irlanda do Norte, de maioria protestante, e Irlanda do Sul, de maioria católica – ambas sob a autoridade de Londres.

1921 – Assinatura do Tratado Anglo-Irlandês, pondo fim à Guerra pela Independência e consolidando a divisão da Irlanda em duas partes: o Estado Livre da Irlanda, independente, no território da então Irlanda do Sul, e a Irlanda do Norte, que permaneceria sob domínio britânico.

1922 – Início da Guerra Civil Irlandesa, entre facções dos nacionalistas irlandeses contra e a favor do Tratado Anglo-Irlandês. A facção que se opunha ao tratado deu

origem ao Partido Republicano (*Fianna Fáil*); a facção a favor deu origem ao Partido *Sinn Féin* (“nós”, em gaélico).

1923 – Fim da Guerra Civil, com a vitória das forças favoráveis ao Tratado.

1937 – Entrada em vigor da nova Constituição, que altera o nome oficial do país para “Irlanda” (“*Eire*”).

1949 – O Estado irlandês declara-se República.

1969 – Início, na Irlanda do Norte, de violento período de três décadas denominado *The Troubles*, caracterizado por confrontos entre as comunidades unionista (majoritariamente protestante) e separatista (primordialmente católica) norte-irlandesas. O IRA divide-se, então, em duas facções: o *Official IRA*, de orientação marxista, e o *Provisional IRA* (que passou a usar a designação “IRA”), que inicia campanha armada contra a presença britânica na Irlanda do Norte.

1973 – Entrada da Irlanda na Comunidade Europeia.

1997 – Anúncio de cessar-fogo do *Provisional IRA*. É criado o *Real IRA*, dissidência do *Provisional IRA* que prossegue com ações armadas esporádicas.

1998 – Assinatura do Acordo de Belfast (“Acordo da Sexta-Feira Santa”), entre os Governos da Irlanda e do Reino Unido, com a anuência de diversas agremiações políticas da Irlanda do Norte, estabelecendo diretrizes para o Governo norte-irlandês. O Acordo prevê, entre outras medidas, que o futuro constitucional da Irlanda do Norte deverá ser decidido pelo voto dos seus cidadãos e estabelece a adoção de meios pacíficos e democráticos para a solução de diferenças.

2005 – O Conselho do Exército do IRA, órgão executivo do *Provisional IRA*, anuncia o fim da campanha armada contra o Governo britânico.

2007 – O Reino Unido cessa programa de apoio militar à Irlanda do Norte, retirando grande parte de suas tropas da região.

2011 – Visita da Rainha Elizabeth II à Irlanda.

2012 – Visita da Rainha Elizabeth II à Irlanda do Norte.

Cronologia das Relações Bilaterais

- 1991** – Abertura da Embaixada do Brasil em Dublin.
- 1995** – Visita ao Brasil da Presidenta Mary Robinson.
- 1999** – Visita ao Brasil da Vice-Primeira-Ministra Mary Harney.
- 2000** – Visita à Irlanda de missão parlamentar e empresarial gaúcha, chefiada pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.
- 2001** – Visita ao Brasil de delegação da Comissão de Agricultura do Parlamento da Irlanda.
- 2001** – Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Bertie Ahern, em julho.
- 2001** – Abertura da Embaixada da Irlanda em Brasília, em novembro.
- 2004** – Visita ao Brasil da Presidenta Mary McAleese.
- 2006** – Visita do Subsecretário-Geral Político I das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, à Irlanda. Assinatura de Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Consultas Políticas.
- 2006** – Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, à Irlanda.
- 2008** – Visita ao Brasil do Ministro sem Pasta para o Comércio John McGuinness, à frente de delegação empresarial.
- 2012** – Visita ao Brasil do Ministro do Meio Ambiente, Comunidade e Governança Local Phil Hogan, no contexto da Conferência Rio+20, em junho.
- 2012** – Visita ao Brasil do Presidente Michael Higgins, em outubro.

Atos Bilaterais

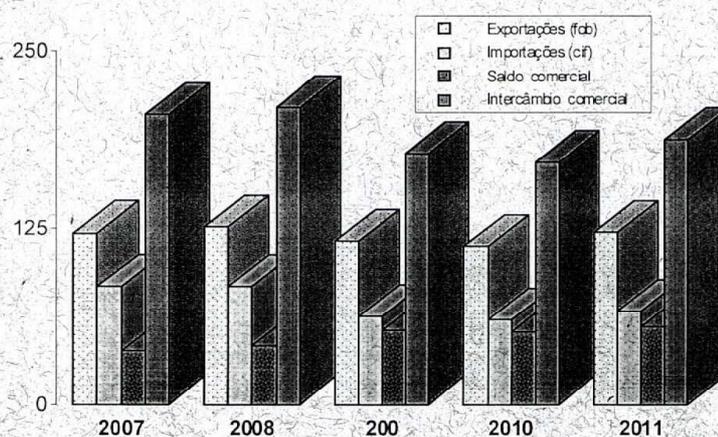
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Departamento de Negócios Estrangeiros da Irlanda sobre o Estabelecimento de Consultas Políticas	07/04/2006	07/04/2006
Acordo de Cooperação no Domínio da Educação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Irlanda	24/11/2010	Está em trâmite no Congresso Nacional

Dados Econômico-Comerciais

IRLANDA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	121,5	125,6	115,6	112,2	121,8
Importações (cif)	83,8	84,1	62,5	60,0	66,2
Saldo comercial	37,7	41,5	53,1	52,1	55,6
Intercâmbio comercial	205,3	209,8	178,1	172,2	187,9

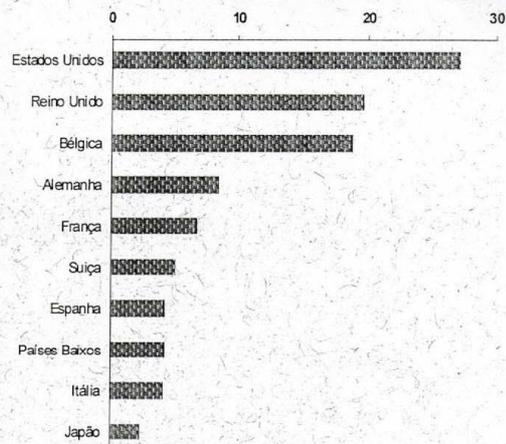
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, October 2012.



O comércio exterior irlandês apresentou, em 2011, decréscimo de 8% em relação a 2007, passando de US\$ 205 bilhões para US\$ 188 bilhões. No ranking do FMI a Irlanda figurou como o 37º mercado mundial, sendo o 34º exportador e o 48º importador.

IRLANDA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Estados Unidos	24,8	22,1%	27,2	22,4%
Reino Unido	18,0	16,1%	19,7	16,1%
Bélgica	18,0	16,0%	18,9	15,5%
Alemanha	8,0	7,1%	8,5	7,0%
França	5,9	5,3%	6,9	5,7%
Suíça	4,7	4,2%	5,1	4,2%
Espanha	4,4	4,0%	4,3	3,6%
Países Baixos	4,1	3,6%	4,3	3,5%
Itália	3,6	3,2%	4,2	3,4%
Japão	2,3	2,0%	2,4	1,9%
...				
Brasil	0,3	0,3%	0,4	0,3%
Subtotal	94,1	83,9%	102,0	83,7%
Outros países	18,1	16,1%	19,8	16,3%
Total	112,2	100,0%	121,8	100,0%



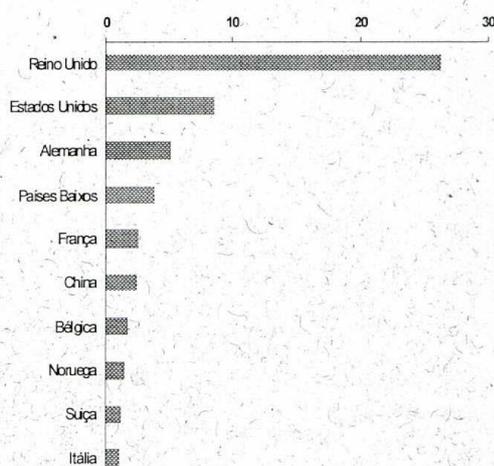
Elaborado pelo MRE/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, October 2012.

As exportações irlandesas são destinadas em grande parte aos Estados Unidos, Reino Unido e Bélgica. Os países em questão representaram mais da metade do total das vendas em 2011. O Brasil obteve o 33º lugar entre os parceiros, participando com 0,3% do total em 2011.

IRLANDA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

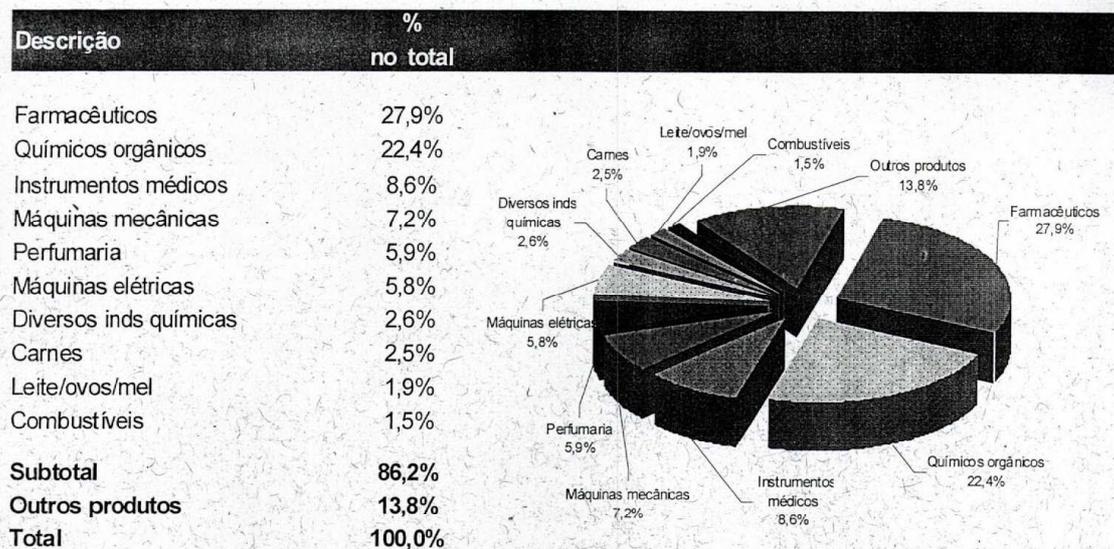
Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Reino Unido	22,7	37,9%	26,32	39,8%
Estados Unidos	8,2	13,7%	8,64	13,1%
Alemanha	4,6	7,6%	5,16	7,8%
Países Baixos	3,4	5,6%	3,84	5,8%
França	2,3	3,8%	2,54	3,8%
China	2,5	4,1%	2,47	3,7%
Bélgica	1,6	2,7%	1,79	2,7%
Noruega	1,6	2,7%	1,49	2,2%
Suíça	1,1	1,9%	1,13	1,7%
Itália	0,9	1,6%	1,11	1,7%
...				
Brasil	0,2	0,3%	0,2	0,3%
Subtotal	49,2	81,9%	54,7	82,71%
Outros países	10,9	18,1%	11,4	17,29%
Total	60,0	100,0%	66,2	100,00%



Elaborado pelo MRE/DEPR/DC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, October 2012.

As importações da Irlanda, no que diz respeito aos seus parceiros comerciais são altamente concentradas. Em 2011, o Reino Unido representou 40% do total das compras irlandesas. Destacaram-se em seguida: Estados Unidos (13% do total); Alemanha (8%) e Países Baixos (6%). O Brasil obteve o 26º lugar entre os parceiros em 2011, participando com 0,3% do total.

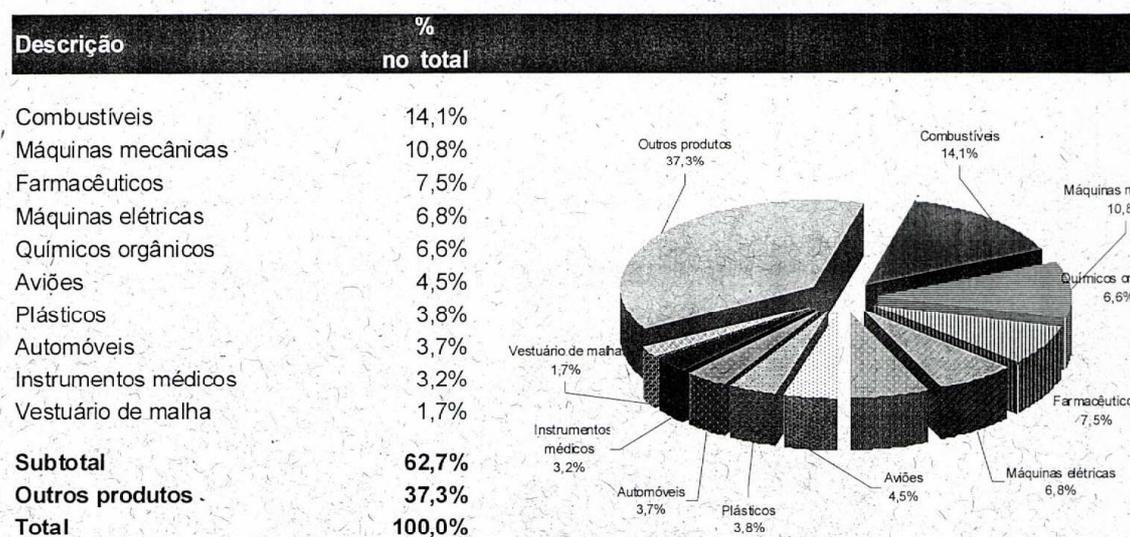
IRLANDA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - Em %



Elaborado pelo IRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

A pauta dos produtos exportados pela Irlanda em 2011 apresentou-se bastante concentrada. Produtos farmacêuticos e químicos orgânicos representaram a metade das vendas do país (50,2%). Em seguida destacaram-se: instrumentos médicos (9% do total); máquinas mecânicas (7%) e perfumaria (6%).

IRLANDA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - Em %



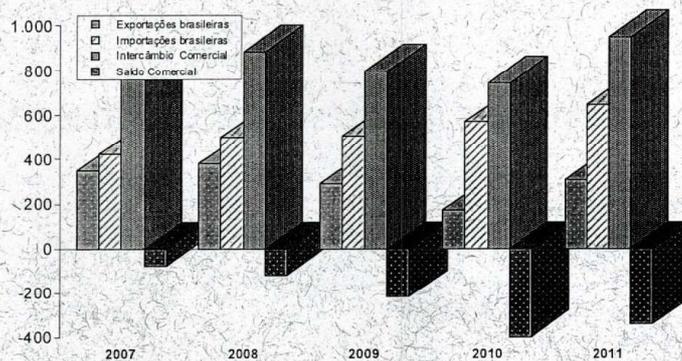
Combustíveis, máquinas - mecânicas e elétricas - e produtos farmacêuticos notabilizaram-se na pauta de importações da Irlanda, cujos percentuais representaram 39% do total em 2011. Destacaram-se em seguida: produtos químicos orgânicos (7%); aviões (5%) e plásticos (4%).

BRASIL-IRLANDA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)
Exportações brasileiras	347	382	289	173	303	128	216
Varição em relação ao ano anterior	2,2%	10,3%	-24,4%	-40,3%	75,4%	20,5%	68,5%
Importações brasileiras	425	500	506	571	645	410	416
Varição em relação ao ano anterior	31,8%	17,7%	1,2%	12,8%	13,0%	13,6%	1,5%
Intercâmbio Comercial	771	882	795	743	948	538	632
Varição em relação ao ano anterior	16,6%	14,4%	-9,9%	-6,5%	27,5%	15,2%	17,4%
Saldo Comercial	-78	-117	-217	-398	-342	-281	-200

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A Irlanda foi o 58º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 23%, passando de US\$ 771 milhões, para US\$ 948 milhões. As exportações recuaram cerca de 13%, enquanto que as importações apresentaram aumento significativo, 52%. No período analisado o saldo da balança comercial, apresentou-se desfavorável ao Brasil, registrando em 2011, déficit de US\$ 342 milhões. A participação da Irlanda no comércio exterior brasileiro foi de 0,20% em 2011.

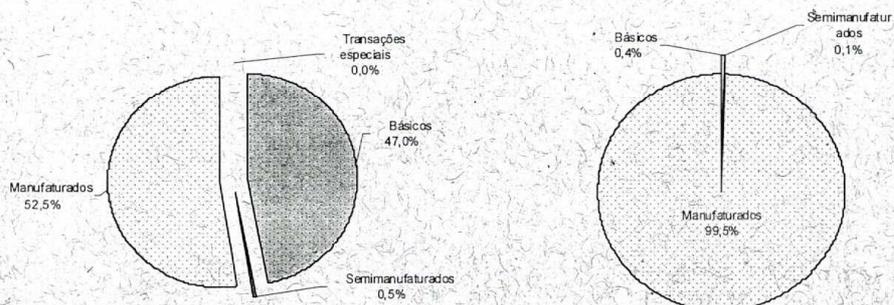


BRASIL-IRLANDA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	142,4	47,0%	2,8	0,4%
Semimanufaturados	1,4	0,5%	0,4	0,1%
Manufaturados	159,1	52,5%	641,7	99,5%
Transações especiais	0,1	0,0%	0,0	0,0%
Total	303,0	100,0%	645,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para a Irlanda são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 53% das vendas em 2011, com destaque para aviões. Em seguida estão os bens básicos, com 47%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram quase a totalidade da pauta (99,5% do total) em 2011, com destaque para produtos farmacêuticos.



BRASIL-IRLANDA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para Irlanda, 2011
			Valor	% no total	
Aviões	86,0	3,4	98,7	32,6%	98,7
Resíduos inds alimentares	74,9	53,5	45,7	15,1%	45,7
Minérios	8,2	23,2	42,2	13,9%	42,2
Fumo	23,7	20,7	20,5	6,8%	20,5
Máquinas mecânicas	25,1	6,3	15,8	5,2%	15,8
Cereais	0,0	9,2	13,1	4,3%	13,1
Carnes	9,3	12,5	12,2	4,0%	12,2
Preparações de carne	14,9	13,7	9,8	3,2%	9,8
Perfumaria	0,1	0,8	6,6	2,2%	6,6
Frutas	6,3	6,4	5,3	1,8%	5,3
Subtotal	248,6	149,7	270,1	89,1%	
Outros produtos	40,6	23,0	32,9	10,9%	
Total	289,2	172,7	303,0	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DIR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MD/CECB/Afoweb.

Aviões correspondem por cerca de 1/3 das exportações brasileiras destinadas a Irlanda, principalmente veículos aéreos acima de 15 toneladas. Em seguida destacaram-se: resíduos das indústrias alimentares (15%) e minérios (14%).

BRASIL-IRLÂNDIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras para Irlanda, 2011
			Valor	% no total	
Farmacêuticos	141,8	149,3	242,9	37,7%	
Químicos orgânicos	176,8	172,8	139,9	21,7%	
Instrumentos médicos	81,0	126,8	121,2	18,8%	
Máquinas mecânicas	72,8	78,5	70,7	11,0%	
Perfumaria	3,2	3,3	22,5	3,5%	
Máquinas elétricas	9,8	13,9	12,5	1,9%	
Matérias albuminóides	3,2	6,0	7,8	1,2%	
Plásticos	4,0	-4,0	6,9	1,1%	
Pérdas/ouro/pedras	3,4	4,0	3,4	0,5%	
Diversos inds químicas	1,5	2,5	2,5	0,4%	
Subtotal	497,6	561,0	630,4	97,7%	
Outros produtos	8,1	9,7	14,7	2,3%	
Total	505,7	570,7	645,0	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DFRD/C - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MD/CSE/EX/Al/ce/eb.

As importações brasileiras originárias da Irlanda são densamente concentradas em produtos manufaturados. Em 2011, produtos farmacêuticos e químicos orgânicos representaram cerca de 60% do total das compras brasileiras. Em seguida destacaram-se: instrumentos médicos e de precisão (19% do total) máquinas mecânicas (11%).

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 1 (jan-ago)	2 0 1 2 (jan-ago)		Exportações bras. para Irlanda em 2012 (jan-ago)
		Valor	% no total	
Exportações				
Aviões	0,0	65,6	30,4%	Aviões
Resíduos inds alimentares	26,5	35,9	16,6%	Resíduos inds alimentares
Minérios	29,7	35,1	16,2%	Minérios
Máquinas mecânicas	5,0	14,6	6,8%	Máquinas mecânicas
Fumo	15,8	14,0	6,5%	Fumo
Carnes	8,7	7,3	3,4%	Carnes
Perfumaria	1,4	6,2	2,9%	Perfumaria
Preparações de carne	5,4	5,4	2,5%	Preparações de carne
Preps hortícolas/frutas	2,8	5,3	2,5%	Preps hortícolas/frutas
Frutas	3,7	4,5	2,1%	Frutas
Subtotal	99,1	193,9	89,8%	
Outros produtos	29,2	22,1	10,2%	
Total	128,2	216,0	100,0%	
Importações				Importações bras. originárias da Irlanda em 2012 (jan-ago)
Farmacêuticos	131,3	184,3	44,4%	Farmacêuticos
Instrumentos médicos	80,1	86,5	20,8%	Instrumentos médicos
Máquinas mecânicas	51,9	52,3	12,6%	Máquinas mecânicas
Químicos orgânicos	102,7	50,3	12,1%	Químicos orgânicos
Perfumaria	12,0	11,4	2,7%	Perfumaria
Máquinas elétricas	8,4	8,7	2,1%	Máquinas elétricas
Matérias albuminóides	4,6	4,7	1,1%	Matérias albuminóides
Plásticos	4,7	4,5	1,1%	Plásticos
Pérolas/ouro/pedras	2,5	2,3	0,6%	Pérolas/ouro/pedras
Diversos inds químicas	1,3	2,2	0,5%	Diversos inds químicas
Subtotal	399,6	407,2	98,0%	
Outros produtos	9,9	8,4	2,0%	
Total	409,5	415,5	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Aviso nº 543 - C. Civil.

Em 29 de julho de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 24/07/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

OS: 1(\$)%2013

2



SENADO FEDERAL
Gab. Senador Eduardo Suplicy

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 78, de 2013 (Mensagem nº 340, de 14/08/2013, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

RELATOR: Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 78, de 2013, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor José Roberto de Almeida Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Filho de Geraldo de Almeida Pinto e Suzana Lins de Almeida Pinto, o Sr. José Roberto de Almeida Pinto nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 10 de fevereiro de 1953.



SENADO FEDERAL

Gab. Senador Eduardo Suplicy

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática em 1976. Obteve o grau de Mestre em Literatura pela Universidade de Brasília/DF, em 1983. Em 1994, completou o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, quando apresentou a tese “A possibilidade de ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a posição do Brasil.”

Foi nomeado Terceiro-Secretário, em 1977, e, subsequentemente, promovido a Segundo-Secretário, em 1979, a Primeiro-Secretário, em 1984, a Conselheiro, em 1989, a Ministro de Segunda Classe, em 1995, e a Ministro de Primeira Classe em 2003, sempre por merecimento.

Dentre os cargos que assumiu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Chefe da Divisão Especial de Avaliação Política da Secretaria-Geral de Política Exterior, em 1990; Coordenador e Chefe, substituto, do Gabinete da Secretaria-Geral, 1995; Professor titular de Política Internacional do Instituto Rio Branco, 1991, tendo integrado várias bancas compostas no referido Instituto, entre elas a Banca Examinadora do LII e do LIII Curso de Altos Estudos, em 2007. Foi, também, Secretário de Estudos e Cooperação do Ministério da Defesa, em 2003.

No exterior, atuou na Embaixada em Roma, como Ministro-Conselheiro e Representante Alterno junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 1998; na Embaixada em Caracas, também como Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios, em 1999; na Embaixada em Tegucigalpa, como Embaixador, em 2005, e no Consulado-Geral em Roma, como Cônsul-Geral, em 2008. Foi, ainda, Embaixador na Guatemala, em 2010. Nesse mesmo ano, chefiou a Delegação brasileira à Conferência Internacional de CPLP sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, tendo também presidido a Conferência.

Publicou vários livros, inclusive de poemas, como “Canção do meu Exílio” (1979) e Arquipélago Herzog (1984), bem como o livro “O conceito de poder nas relações sociais”, em 2008, entre inúmeros outros trabalhos.



SENADO FEDERAL
Gab. Senador Eduardo Suplicy

Segundo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, em 2006 o Brasil abriu a sua Missão Permanente junto à CPLP, em Lisboa. Sua atuação é completamente independente da Embaixada do Brasil junto ao Governo português, tendo em vista o crescente volume de assuntos e iniciativas levadas a cabo pela Comunidade.

Fundada em 1996 e composta por oito países membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, a CPLP tem como objetivos gerais a concertação político-diplomática entre estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto, comunicação social e comércio e a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

Rege-se por princípios como a igualdade soberana dos estados membros, a não ingerência nos assuntos internos de cada Estado e o respeito pela identidade nacional, entre outros.

O processo de criação da CPLP ganhou impulso decisivo na década de 1990, merecendo destaque o empenho do então Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira.

Desde a sua criação, a CPLP teve atuação político-diplomática intensa, de que são exemplos, entre outros, o envio de vinte missões de observação eleitoral a eleições em seus Estados membros e a cooperação da Comunidade em crises políticas em Timor-Leste, em 2006, e em Guiné-Bissau, em 2006 e 2012.

Em 2011, a CPLP apoiou a candidatura brasileira, do Sr. José Graziano ao cargo de Diretor-Geral da FAO. Da mesma forma, em 2013, a Comunidade votou em bloco no candidato brasileiro, Embaixador Roberto



SENADO FEDERAL
Gab. Senador Eduardo Suplicy

Azevêdo, para o cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 78, DE 2013 (nº 340/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Os méritos do Senhor José Roberto de Almeida Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de agosto de 2013.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. P. Costa'.

EM nº 00236/2013 MRE

Brasília, 28 de Junho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os organismos internacionais e *curriculum vitae* de **JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00236 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

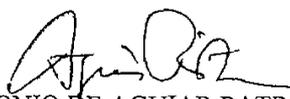
Brasília, 28 de junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,


ANTÔNIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO

CPF.: 352.774.087-20

ID.: 6546 MRE

1953 Filho de Geraldo de Almeida Pinto e Suzana Lins de Almeida Pinto, nasce em 10 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1976 CPCD – IRBr

1983 Mestrado em Literatura pela Universidade de Brasília/DF

1994 CAE - IRBr, A possibilidade de ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a posição do Brasil

Cargos:

1977 Terceiro-Secretário

1979 Segundo-Secretário

1984 Primeiro-Secretário, por merecimento

1989 Conselheiro, por merecimento

1995 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2003 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1977 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente

1981 Divisão das Nações Unidas, assistente

1983 Embaixada em Washington, Segundo e Primeiro Secretário

1987 Embaixada em Assunção, Primeiro Secretário e Conselheiro

1989 Escritório de Observação do Brasil na Namíbia (Windhoek), Encarregado da abertura do Escritório e Chefe em missão transitória

1990 Secretaria-Geral de Política Exterior, Divisão Especial de Avaliação Política, Chefe

1991 Instituto Rio Branco, Professor titular de Política Internacional

1991 Instituto Rio Branco, Banca Examinadora de Questões Internacionais Contemporâneas do Exame Vestibular ao CPCD/Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

1992 Embaixada em Roma, Conselheiro

1995 Secretaria-Geral, Coordenador e Chefe, substituto, do Gabinete

1998 Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro, Representante Alterno junto à FAO

1999 Embaixada em Caracas, Ministro-Conselheiro. Encarregado de Negócios

1999 VII Reunião do GT sobre a Secretaria Permanente do Tratado de Cooperação Amazônica, Caracas, Chefe de delegação

1999 XXV Reunião Ordinária do Conselho do Sistema Econômico Latino-Americano, Caracas, Chefe de delegação

2001 Reunião de Cúpula da Associação de Estados do Caribe, Isla Margarita, Chefe de delegação

2003 Ministério da Defesa, Secretário de Estudos e de Cooperação

2004 Comissão Permanente de Interação de Estudos Militares, Presidente

2005 Embaixada em Tegucigalpa, Embaixador

2007 Instituto Rio Branco, Banca Examinadora do LII e do LIII Curso de Altos Estudos

2008 Consulado-Geral em Roma, Cônsul-Geral

2010 Conferência Internacional da CPLP sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, Brasília, Chefe de delegação e Presidente da Conferência

2010 Embaixada na Guatemala, Embaixador

Condecorações:

1995 Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Grande Oficial

1995	Ordem do Mérito, Itália, Comendador
1996	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
1997	Legião de Honra, França, Oficial
1997	Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial
1997	Ordem do Mérito, Portugal, Grande Oficial
2003	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grã-Cruz

Publicações:

1979	Canção do meu exílio (poemas), Editora Achiamé/RJ
1984	Arquipélago Herzog (poemas), Editora Achiamé/RJ
2002	Poesia de Brasília: duas tendências (crítica literária), Editora Thesaurus/Brasília
2004	Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil (co-organizador), Coleção Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v. 1. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação
2004	O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança (co-organizador). Coleção Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v. 2. Brasília: MD/SEC
2005	As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do país (co-organizador). Coleção Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v. 3. Brasília: MD/SEC
2005	Desafios na atuação das Forças Armadas (co-organizador). Coleção Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v.4. Brasília: MD/SEC
2006	A ginga da alma (poemas e letras de música), Editora Francisco Alves/RJ
2008	O conceito de poder nas relações sociais, Editora Francisco Alves/RJ


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
(CPLP)**



**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2013**

Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

A interlocução do Governo brasileiro com o Secretariado Executivo da CPLP, em Lisboa, era feita pela Embaixada do Brasil junto ao Governo português, que estava acreditada, até 2006, junto àquele órgão. Naquele ano, o Brasil abriu a Missão Permanente junto à CPLP. Sediada em Lisboa, sua atuação é completamente independente da Embaixada do Brasil junto ao Governo português, tendo em vista o volume crescente de assuntos e iniciativas levadas a cabo pela Comunidade.

O Brasil foi o primeiro país a tomar a iniciativa de criar uma Missão Diplomática para tratar com exclusividade de assuntos da CPLP. Seguindo o exemplo do Brasil, hoje, Portugal, Timor-Leste, Angola e Moçambique dispõem, também, de Representação Diplomática àquela Organização.

Membros	8 membros: Angola; Brasil; Cabo Verde; Guiné-Bissau; Moçambique; Portugal; São Tomé e Príncipe; Timor-Leste.
Ano da fundação	1996
Ano de adesão do Brasil	1996 (membro fundador)
Atual Representante Permanente do Brasil junto à CPLP	Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho
Sede da CPLP	Lisboa, Portugal Endereço: Rua de São Mamede (ao Caldas), 21. 1100-533 Lisboa, Portugal.
Secretário Executivo	Murade Isaac Miguigy Murargy (Moçambique)
Diretor-Geral	Hélder Vaz (Guiné-Bissau)

Secretário-Executivo da CPLP

O Embaixador Murade Isaac Miguigy Murargy, diplomata de carreira de Moçambique, nasceu em 10 de maio de 1946. É licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa e diplomata de carreira desde 1976.

No Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi conselheiro jurídico no Gabinete de Estudos e Planificação e Informação (1976-1980), Diretor para assuntos jurídicos e consulares e Diretor Nacional de Protocolo (1980-1984) e Diretor de Assuntos Internacionais e Conferências (1984-1985).

Entre 1985 e 1995, foi Embaixador na França e não residente na Alemanha, na Tunísia, no Gabão, no Mali, na Costa do Marfim, no Senegal, no Irã, na Palestina e na Suíça. Nesse período, foi também Delegado Permanente junto à UNESCO e Representante Permanente junto às Nações Unidas em Genebra.

Entre 1995 e 2005, foi Secretário-Geral da Presidência da República de Moçambique, com status de Ministro de Estado.

De 2005 a 2012, foi Embaixador de Moçambique junto ao Governo brasileiro.

Indicado pelo Governo de Moçambique como candidato ao cargo de Secretário-Executivo da CPLP, foi aclamado pela IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Maputo, em julho de 2012, para um mandato de dois anos, renováveis por mais dois.

Informações gerais

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre seus oito Estados membros. Criada em 17 de julho de 1996, a CPLP goza de personalidade jurídica internacional, bem como de capacidade jurídica necessária para a consecução de seus objetivos.

Objetivos e princípios da CPLP

A Organização tem como objetivos gerais a concertação político-diplomática entre os estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto, comunicação social e comércio; a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

A CPLP é regida pelos seguintes princípios: igualdade soberana dos Estados membros; não ingerência nos assuntos internos de cada Estado; respeito pela sua identidade nacional; reciprocidade de tratamento; primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; respeito pela sua integridade territorial; promoção do desenvolvimento; promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

Antecedentes e histórico da CPLP

O primeiro passo no processo de criação da CPLP foi dado em São Luís do Maranhão, em Novembro de 1989, por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Na reunião, decidiu-se criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que se ocupa da promoção e difusão do idioma comum da Comunidade. A ideia da criação de uma Comunidade reunindo os países de língua portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia – já tinha sido suscitada por diversas personalidades.

Em 1983, no decurso de uma visita oficial a Cabo Verde, o então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, referiu que: "O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo...".

O processo ganhou impulso decisivo na década de 1990, merecendo destaque o empenho do então Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira.

Em 17 de julho de 1996, na Conferência de Chefes de Estado e de Governo, foi formalmente constituída a Comunidade dos Países de Língua (CPLP) por sete países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Em 1999, a CPLP enviou missão de observação eleitoral ao referendun sobre a autodeterminação de Timor-Leste e, em 2001, às eleições para a Assembleia Constituinte do país.

Desde sua criação, a CPLP teve atuação político-diplomática intensa, de que são exemplos, entre outros, o envio de vinte missões de observação eleitoral a eleições em seus Estados membros e a cooperação da Comunidade em crises políticas em Timor-Leste em 2006, e em Guiné-Bissau em 2006 e 2012.

Em 2002, após tornar-se independente da Indonésia, Timor-Leste ingressou na CPLP como membro pleno.

Em 2010, a Guiné Equatorial – que já era Estado associado – apresentou candidatura a membro pleno da Comunidade, após oficializar o português como língua nacional. Um plano de atividades está sendo

implementado, em coordenação com os oito países, o Secretariado Executivo e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Em 2011, a CPLP apoiou a candidatura do Doutor José Graziano ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Da mesma forma, em 2013, a Comunidade votou em bloco no candidato brasileiro, Embaixador Roberto Azevêdo, para o cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Órgãos da CPLP

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados membros. Este órgão, integrado pelos Chefes de Estado ou de Governo dos oito países, é a instância deliberativa superior da Organização. Como é regra em todas as instâncias deliberativas da CPLP, suas decisões são sempre tomadas por consenso.

O Conselho de Ministros é constituído pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos oito países e reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a quem deve apresentar os respectivos relatórios.

Tanto a Conferência de Chefes de Estado e de Governo quanto o Conselho de Ministros são hospedados, em caráter rotativo, por um dos Estados membros, que organiza os respectivos eventos em cidade de destaque, tradicionalmente no mês de julho, o mês da criação da CPLP.

A Assembleia Parlamentar é o órgão que reúne as representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respectivos países. A Assembleia Parlamentar da CPLP foi instituída pelo XII Conselho de Ministros, em novembro de 2007. Dada sua natureza parlamentar, é o único órgão da CPLP em que as decisões não são tomadas por consenso.

O Comitê de Concertação Permanente reúne-se, ordinariamente, em Lisboa, na sede da CPLP, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. O Comitê é coordenado pelo representante do país que detém a presidência do Conselho de Ministros.

O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem por incumbência implementar as decisões dos três órgãos deliberativos (Conferência, Conselho e Comitê). Tem sede em Lisboa. É dirigido pelo Secretário Executivo, alta personalidade de um dos países membros, eleito

rotativamente por um mandato de dois anos, que pode ser renovado uma única vez. O cargo é ocupado pelo Embaixador Murade Isaac Miguigy Murargy, diplomata de carreira de Moçambique, desde a IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em julho de 2012, em Maputo, Moçambique. O Secretário Executivo é auxiliado nas suas funções pelo Diretor-Geral, cargo ocupado, desde janeiro de 2008, por Hélder Vaz Lopes, da Guiné-Bissau.

As Reuniões Ministeriais Setoriais são constituídas pelos ministros e secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados membros. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. É coordenada pelo representante do país que detém a Presidência do Conselho de Ministros. Compete-lhe assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. Os Pontos Focais da Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.

O X Conselho de Ministros em 2005 estabeleceu também como órgão adicional: o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), cuja sede está situada na cidade de Praia, em Cabo Verde.

Cronologia histórica

1996 – I Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa, em 17 de julho.
2002 – IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, em 1º de agosto.
2000-2002 – A ex-Presidenta da Fundação Cultural Palmares Dulce Maria Pereira exerceu o cargo de Secretária Executiva da CPLP.
2002-2004 – O Embaixador brasileiro João Augusto de Médicis exerceu o cargo de Secretário Executivo da CPLP.
2006 – Criação da Missão Permanente do Brasil junto à CPLP.
2010 – I Conferência sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Internacional, em Brasília, em março.
2010 – O acadêmico brasileiro Gilvan Muller de Oliveira assumiu o cargo de Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP); Assinado o novo Estatuto do IILP; A Guiné Equatorial – que já era Estado associado – apresenta candidatura a membro pleno da Comunidade, após oficializar o português como língua nacional.

2011 – I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, em Brasília, de 28 a 30 de setembro; CPLP apoiou em bloco a candidatura de José Graziano ao cargo de Diretor-Geral da FAO.

2012 – Assinado os novos Estatutos da CPLP, a ser avaliado pelo Congresso Nacional.

2013 – CPLP apoiou em bloco a candidatura de Roberto Azevêdo ao cargo de Diretor-Geral da OMC.

Aviso nº 604 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 42/8/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

OS: 14) ' , /2013